



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 17ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI

Rua Mateus Leme, 1.142 - Fórum Cível 2, 6º Andar - Centro Cívico - Atendimento: 12:00 às 18:00 horas. - Curitiba/PR -

CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3254-8382 - Celular: (41) 3254-8004 - E-mail: ctba-17vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): Jussara Pazin PRAZO DE 60 dias

O Juiz de Direito Substituto Rafael de Araújo Campelo, da 17ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Indenização por Dano Material, sob nº 0023760-90.2019.8.16.0001, em que é(são) autor(es) LUIZ FELIPE BONAROSKI, ANDRESSA DE OLIVEIRA VALENTE STEINKE, MANUELLA MAZEPA PEREIRA DE MOURA, CAMILA CRISTINA DE CARVALHO, ENZO CARVALHO BONAROSKI, GABRIEL MAZZARO AMBROSIO, RAFAELA DE OLIVEIRA STEINKE, LUCCA CARVALHO BONAROSKI, CÍNTIA MAZZARO AMBROSIO, EDER ALAN FERREIRA WEBER, BIANCA DAIANE UCKER WEBER, FRANCISCO MAZZARO AMBROSIO, MARTIN GUSTAVO UCKER WEBER, LUIZ GUSTAVO STEINKE, MARÇAL ANDRADE AMBRÓSIO JUNIOR, GUILHERME DE OLIVEIRA STEINKE, FERNANDA MAZEPA PEREIRA, e réu(s) CENTRO INTEGRADO MUNDO DISNEY, Jussara Pazin,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Jussara Pazin**, portador(a) do RG 1568247 SSP/PR e CPF 839.842.759-00. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a **PETIÇÃO INICIAL mov.1.1** "... I - DOS FATOS Os Autores contrataram com a empresa Ré, serviços de prestação de serviços educacionais para seus filhos menores impúberes, conforme quadro abaixo: Importante destacar que a maioria dos menores permaneceram matriculados no estabelecimento de ensino requerido por diversos anos, de fora ininterrupta. Há que se esclarecer que as famílias sempre conviveram de forma harmoniosa com a diretora da escola, Sra. Jussara Pazin, eis que esta, sempre fez questão de transparecer que detinha poder de comando e de vigilância sobre tudo o que acontecia em seu estabelecimento de ensino. Esta, sempre tentou transparecer que estaria cuidando do bem-estar dos menores e por eles zelando, conforme depreende-se das diversas mensagens que encaminhava para os pais dos menores, senão vejamos: Era comum alguns dos menores, chegarem em casa com machucados, arranhões, hematomas e sinais de violência, todavia sempre a escola e sua diretora rapidamente se esquivavam da sua responsabilidade, apontando tais episódios como ato praticado por outras crianças, senão vejamos: Assim, pela pouca idade dos menores envolvidos neste triste episódio, as famílias conviveram por anos com o triste cenário. Há inclusive que se destacar que muitos destes menores jamais estiveram em outra escola, creche ou berçário. Assim, como nunca tiveram outra experiência, os atos de violência e tortura pelos quais foram submetidos, se demonstravam como a triste realidade para os infantes, que acabavam por acreditar que aquilo era normal. Há que se registrar que os maus tratos pelos quais os menores foram submetidos por anos, apenas e tão somente vieram ao conhecimento dos pais através da divulgação de uma série de vídeos onde se vislumbra a diretora da escola, também requerida, desferindo tapas no rosto e puxando os cabelos das crianças, vídeo este, de autoria de uma das professoras do estabelecimento que resolver pôr fim a esta série interminável de tortura pelas quais os infantes eram diariamente submetidos. Tem-se certo que após a divulgação dos vídeos o caso fora amplamente divulgado pela mídia especializada ganhando repercussão nacional e internacional. Anexamos a esta exordial, uma série de reportagens e vídeos os quais deram ampla publicidade aos fatos. Não existem dúvidas a respeito dos maus tratos, da autoria destes e das intermináveis torturas as quais foram submetidas as pequenas crianças. Se por um lado o poder público já iniciou as ações visando a apuração dos fatos e a responsabilização criminal da requerida, tem-se necessária que assim também ocorra na esfera cível. II - DA TUTELA DE URGÊNCIA BLOQUEIO DOS BENS A FIM DE GARANTIR O PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES Note nobre julgador, que o caso é grave e requer a concessão de medidas de urgência, eis que diante dos fatos inequívocos aqui apresentados, e pelos fatos que estão em processamento na esfera criminal, há que se resguardar eventuais direitos dos autores ao recebimento de indenizações a serem pagas pelas requeridas. Desta feita, deverão serem bloqueados todos os bens das requeridas, eis que estes, poderão facilmente serem transferidos ou dilapidados, a fim de frustrar a provável condenação a ser imposta pela justiça. Inclusive o estabelecimento comercial onde ocorreram os atos de agressão física e onde as crianças estudavam, já fora repassado/vendido para outra instituição, conforme se verifica na imagem abaixo: Ou seja, a requerida já deu início a dilapidação de seu patrimônio, sendo certo que é sabedora de que o acionamento judicial a fim de se buscar a reparação pelos danos causados as famílias era questão de tempo. Por isso, nobre julgador, temos certo que tempo é matéria perecível e escassa neste processo. Assim, requeira-se concessão da tutela de urgência requerida, o que o faz nos termos abaixo. DO PERIGO DA DEMORA: Trata-se da busca pela intervenção imediata deste r. juízo a fim, de que se encontre e bloqueio os bens e recursos financeiros existentes em nome da escola e da representante legal desta, eis que a segunda requerida fora a autora das agressões físicas impingidas aos menores. Há que se preservar os eventuais direitos ao recebimento das indenizações das famílias atingidas. O não bloqueio de bens e ativos existentes, certamente irá frustrar a correta aplicação da justiça, eis que sabedora das medidas judiciais impostas, poderá a requerida, transferir bens e dilapidar seus recursos, como já o está fazendo, eis que o prédio onde funcionava o centro educacional já fora repassado/vendido para o ITO (Instituto Teológico Quadrangular Água Verde), frustrando eventual cumprimento de sentença, causando ainda aos familiares das crianças vitimadas, uma dor e angústia maiores ainda dos que foram experimentados. Diante de tais circunstâncias, é inequívolo a existência de fundado receio de dano irreparável, devendo ser concedido a imediata realização de buscas e ações efetivado o bloqueio. DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES: Como ficou perfeitamente demonstrado e inclusive fora amplamente noticiado pelos mais variados veículos de comunicação do Brasil e de outros países, há comprovada transgressão praticada pela representante legal da escola. Os vídeos que foram entregues as autoridades por uma das ex-professoras que laborava no local e convivia diretamente com as crianças e com a segunda requerida, não deixam margem para dúvidas ou outras interpretações. A violência praticada pela segunda requerida era premeditada e diária. Causa asco e repúdio tais atos, todavia há que se impedir que continuem a acontecer. Seus efeitos deletérios têm que ser prontamente interrompidos. As provas acarreadas a esta ação são mais do que suficientes para que se demonstre a verossimilhança do que se alega. DA NÃO IRREVERSALIDADE DA MEDIDA Destaca-se também que a medida que ora solicitem, poderá facilmente ser revertida, caso as requeridas não sejam condenadas. Aqui, as famílias pugnam apenas e tão somente pelo bloqueio provisório de bens e ativos financeiros, a fim de resguardar os interesses dos autores. Assim, conforme destaca a doutrina, não há razão lógica para aguardar o desfecho do processo, quando diante de direito inequívoco: Dessa forma, impetiosa a concessão da medida liminar, para determinar provisoriamente, em caráter de urgência, o imediato bloqueio de bens e recursos financeiros de ambos os requeridos. III - DA INDENIZAÇÃO DEVIDA Há se esclarecer que estamos diante de clara relação de consumo, devendo ser aplicado as regras de proteção ao consumidor estabelecidas no CDC, eis que no presente caso, cada família pagou e destaca-se, que nada fora barato, para que a requerida dispensasse os cuidados necessários a fim de iniciar as atividades escolares, bem como de recreação dos infantes, sendo inclusive, sua obrigação, bem zelar da saúde física e psíquica destes, velando por sua integridade, jamais cometendo atos temerários como os que ocorreram, sendo certo que o estabelecimento de ensino mais se assemelhou a um verdadeiro campo de concentração, onde as crianças foram submetidas as mais variadas e nefastas formas de agressão e tortura. No entanto, apesar de existir claro contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, tem-se certo que as condutas demonstradas pela representante legal da requerida demonstraram exatamente o contrário daquilo que se esperava, causando assim, gravíssimos e irreparáveis danos não apenas as crianças agredidas mas a seus pais e demais familiares, eis que se sentem traídos, pela manifesta confiança que haviam depositado na escola e na segunda requerida, eis que deixaram seus filhos à mercê do humor e dos atos deletérios praticados por esta, causando máculas que jamais serão esquecidas. Dessa forma, considerando a gravidade do caso e a evidente falha na única responsabilidade contratada, tem-se o dever de indenizar, conforme preconiza o Código Civil: No presente caso, não apenas o valor material de cada família deve ser reparado, eis que tiveram que retirar seus filhos da escola requerida e emergencialmente matriculá-los em outro estabelecimento de ensino, tendo assim, indevidamente assumidos diversas despesas como, matrícula, material escolar, uniforme, refeições, transportes etc, sem contar da angústia e transtornos gerados por culpa única e exclusiva da requerida. Assim, como

acima informado, não apenas os danos materiais deverão ser reparados, mas principalmente os danos a esfera íntima de cada pai, que desde a divulgação dos atos de violência convivem em verdadeiro desespero, pois foram eles que levavam seus filhos diariamente para serem maltratados e torturados na escola. Isto causa profunda dor a cada um deles, dor esta que não poderá jamais ser reparada, pois houve inequívolo e irretratável quebra da confiança que fora estabelecida com a representante legal da escola. Se tal fato não poder ser esquecido, há que ser reparado. Aqui se busca uma justa indenização para que satisfaça mesmo que financeiramente a cada um dos lesados. Não se trata de enriquecimento ilícito, pelo contrário! Trata-se de justiça! Aqui o apelo apresenta seu viés financeiro a fim de que a requerida pague pelos seus atos tanto na esfera criminal como a civil e desta feita, seus bens deverão responder pelos seus atos, eis que por anos recebeu de cada um dos autores, grandes quantias financeiras para entregar dor, pranto e desespero. Há que ser feito justiça! Trata-se de proteção constitucional, nos termos que dispõe a Carta Magna de 1988 que, em seu artigo 5º: E nesse sentido, a indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o abalo sofrido e de infligir ao causador sanção e alerta para que não volte a repetir o ato, uma vez que fica evidenciado completo descaso aos transtornos causados. Neste sentido é a lição do Exmo. Des. Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, ao disciplinar o tema: Portanto, considerando que ambos as requeridas ultrapassaram todos os limites razoáveis do exercício de seu direito, afetando seriamente a dignidade de cada um dos Autores, causando gravíssimos e imensuráveis danos, os expondo publicamente, sendo gravíssimos os fatos aqui narrados, devida é a indenização por danos morais. A narrativa demonstra claramente o grave abalo moral sofrido pelos Autores em manifesto constrangimento ilegítimo. A doutrina ao lecionar sobre a matéria destaca: Assim, diante da evidência dos danos morais em que os Autores foram acometidos, resta inequívoco o direito à indenização. E nesse sentido, a indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o abalo sofrido e de infligir ao causador sanção e alerta para que não volte a repetir o ato, uma vez que fica evidenciado completo descaso para com a vida humana, sendo friamente tratados os atos de violência praticados como meros transtornos causados. IV - DO QUANTUM INDENIZATÓRIO O quantum indenizatório deve ser fixado de modo a não só garantir à parte que o postula a recomposição do dano em face da lesão experimentada, mas igualmente deve, servir de repinenda àquele que efetuou a conduta ilícita, como assevera a doutrina: Neste sentido é a lição do Exmo. Des. Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, ao disciplinar o tema: Ou seja, enquanto o papel jurisdicional não fixar condenações que sirvam igualmente ao desestímulo e inibição de novas práticas lesivas, situações como estas seguirão se repetindo e tumultuando o judiciário. Portanto, cabível a indenização por danos morais. E nesse sentido, a indenização por dano moral deve representar para cada uma das vítimas, uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o abalo sofrido e de infligir ao causador sanção e alerta para que não volte a repetir o ato, uma vez que fica evidenciado completo descaso aos transtornos causados. Aqui, há que se estabelecer que os bens da requerida deverão garantir o justo pagamento das indenizações as famílias atingidas por seus atos. Apenas e tão somente à título informativo, os autores estabelecem o valor mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por família, sendo certo que tal valor deverá ser sabiamente sobeado por Vossa Excelência. Os Autores deixam claro que não se trata de limitação de valor, eis que estão seguros na condenação das requeridas em valores bem superiores aos indicados. V – DOS DANOS MATERIAIS Note nobre julgador, que em decorrência dos tristes episódios aqui relatados, os Autores tiveram que retirar os seus filhos as pressas do estabelecimento requerido e os matricular em escola diversa, tendo assim, experimentado indevidamente diversos gastos, estes relacionados a matrícula escolar, compra de novo material escolar, uniformes, transportes dentre outras despesas. A princípio, os danos materiais iniciais apontam para: Todavia, outros gastos estão ainda sendo computados, como consultas em psicólogos, dias sem labor, decorrentes dos fatos dentre outros. Para tanto, pugna a este r. juízo que conceda prazo para a juntada e produção de novas provas dos danos materiais causados pelas requeridas. Da mesma forma, entendem que em decorrência dos graves atos praticados pelas requeridas, houve manifesto descumprimento do contrato estabelecido entre as partes, sendo inequívolo que não seria justo que as requeridas não devolvessem pelo menos uma importante parte do que receberam mensalmente. Isto porque não é crível que se receba mensalmente valores que superam a casa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por aluno matriculado e como contrapartida receba puxões de cabelo, tapas na cara, castigos de permanência em pé, empurrões e impossibilidade de se ir ao banheiro. O caso é gravíssimo e requer a devida reparação. Tais valores deverão ser devidamente apurados em sede de liquidação de sentença. Alternativamente, requeira-se seja considerado esta importante questão quando da condenação das requeridas pelos danos morais suportados pelos autores. VI - DAS PROVAS QUE PRETENDE PRODUIR Os Autores pretendem instruir o presente feito com as seguintes provas: a) depoimento pessoal dos representantes legais da escola, para esclarecimentos sobre os fatos; b) ouvida de testemunhas, cujo rol será oportunamente apresentado; c) a juntada dos documentos em anexo, em bem como a outros documentos que serão produzidos no decorrer deste processo; d) reprodução cinematográfica a ser apresentada em audiência nos termos do Parágrafo Único do art. 434 do CPC. Desde já indica como essencial a produção de prova testemunhal, e a juntada de vídeos, para fins de demonstrar os danos e os constrangimentos e maus tratos causados aos Autores, sob pena de cerceamento de defesa: Motivos pelos quais, requer o deferimento de todas as provas admitidas em direito. VI - DO PEDIDO Ante o exposto, requer: 1. A citação do réus, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo responder a presente demanda; 2. Que sejam realizadas as diligências necessárias a fim de se obter o endereço da requerida Jussara Pazin, eis que desconhecido pelos Autores; 3. A declaração de aplicação das normas do CDC a presente demanda com a aplicação da inversão do ônus da prova em favor dos autores; 4. Que seja intimada as requeridas a apresentarem em juízo todas as imagens obtidas pelas câmeras do circuito interno de tv que cobriam o estabelecimento de ensino, sob as penas do Art. 400 do CPC; 5. A procedência do pedido, com a condenação dos requeridos à indenização de danos morais no valor mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por família, acrescidas ainda de juros e correção monetária, considerando as condições das partes, principalmente o potencial econômico-social da lesante, a gravidade da lesão, sua repercussão e as circunstâncias fáticas; 6. A total procedência da ação para determinar a condenação dos Réus a pagar aos requerentes a título de danos materiais, os valores elencados e discriminados no corpo desta petição no item próprio, perfazendo o valor total de R\$ 17.759,56 (dezessete mil reais, setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) bem como outros valores a serem apurados em liquidação de sentença.; 7. A condenação das requeridas em custas judiciais e honorários advocatícios, 8. Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas e cabíveis à espécie, especialmente pelos documentos acostados. Dá-se à causa o valor de R\$ 17.759,56. DESPACHO mov. 37.1.4 "... Vistos. I. Processse-se em segredo de justiça dado a qualidade das partes autoras (vários menores impúberes) e a natureza da causa. 2. Trata-se de "AÇÃO INDENIZATÓRIA" proposta por CÍNTIA MAZZARO AMBROSIO, MARÇAL ANDRADE AMBROSIO JUNIOR, FRANCISCO MAZZARO AMBROSIO, GABRIEL MAZZARO AMBROSIO, BIANCA DAIANE UCKER WEBER, EDER ALAN FERREIRA WEBER, MARTIN GUSTAVO UCKER WEBER, LUIZ FELIPE BONAROSKI, CAMILA CRISTINA DE CARVALHO BONAROSKI, LUCCA CARVALHO BONAROSKI, ENZO CARVALHO BONAROSKI, ANDRESSA DE OLIVEIRA VALENTE STEINKE, LUIZ GUSTAVO STEINKE, GUILHERME DE OLIVEIRA STEINKE, RAFAELA DE OLIVEIRA STEINKE, FERNANDA MAZEPA PEREIRA e MANUELLA MAZEPA PEREIRA DE MOURA, em face de CENTRO INTEGRADO MUNDO DISNEY LTDA e JUSSARA PAZIN. 3. Aduzem que "... os Autores contrataram com a empresa Ré, serviços de prestação de serviços educacionais para seus filhos menores impúberes ... Importante destacar que a maioria dos menores permaneceram matriculados no estabelecimento de ensino requerido por diversos anos, de fora ininterrupta. Há que se esclarecer que as famílias sempre conviveram de forma harmoniosa com a diretora da escola, Sra. Jussara Pazin, eis que esta, sempre fez questão de transparecer que estaria cuidando do bem-estar dos menores e por eles zelando, conforme depreende-se das diversas mensagens que encaminhava para os pais dos menores ... Era comum alguns dos menores, chegarem em casa com machucados, arranhões, hematomas e sinais de violência, todavia sempre a escola e sua diretora rapidamente se

esquivavam da sua responsabilidade, apontando tais episódios como ato praticado por outras crianças ...". 4. Reclamam que "... pela pouca idade dos menores envolvidos neste triste episódio, as famílias conviveram por anos com tão triste cenário. Há inclusive que se destacar que muitos destes menores jamais estiveram em outra escola, creche ou berçário. Assim, como nunca tiveram outra experiência, os atos de violência e tortura pelos quais foram submetidos, se demonstravam como a triste realidade para os infantes, que acabavam por acreditar que aquilo era normal. Há que se registrar que os maus tratos pelos quais os menores foram submetidos por anos, apenas e tão somente vieram ao conhecimento dos pais através da divulgação de uma série de vídeos onde se vislumbra a diretora da escola, também requerida, desferindo tapas no rosto e puxando os cabelos das crianças, vídeo este, de autoria de uma das professoras do estabelecimento que resolver pôr fim a esta série interminável de tortura pelas quais os infantes eram diariamente submetidos. ....". 5. Sustentam ainda que "... após a divulgação dos vídeos o caso fora amplamente divulgado pela mídia especializada ganhando repercussão nacional e internacional. Anexamos a esta exordial, uma série de reportagens e vídeos os quais deram ampla publicidade aos fatos. Não existem dúvidas a respeito dos maus tratos, da autoria destes e das intermináveis torturas as quais foram submetidas as pequenas crianças. Se por um lado o poder público já iniciou as ações visando a apuração dos fatos e a responsabilização criminal da requerida, tem-se necessária que assim também ocorra na esfera cível. ....". 6. Postulam "... a concessão de medidas de urgência, eis que diante dos fatos inequívocos aqui apresentados, e pelos fatos que estão em processamento na esfera criminal, há que se resguardar eventuais direitos dos autores ao recebimento de indenizações a serem pagas pelas requeridas. Desta feita, deverão serem bloqueados todos os bens das requeridas, eis que estes, poderão facilmente serem transferidos ou dilapidados, a fim de frustrar a provável condenação a ser imposta pela justiça. Inclusive o estabelecimento comercial onde ocorreram os atos de agressão física e onde as crianças estudavam, já fora repassado/vendido para outra instituição ...". 7. Juntou procuração e documentos (ev. 1). 8. Relatado no essencial. DECIDO. 9. Para a concessão de liminar, faz-se necessária a presença da probabilidade do direito invocado (fumus boni iuris) e do risco de ineficácia do provimento jurisdicional que vier ser proferido ao final, em razão da demora (periculum in mora), conforme se extrai do art. 300, caput, do Novo Código de Processo Civil. 10. Da análise dos presentes autos, constata-se presentes tanto o risco de dano em caso de não concessão dos efeitos antecipados da tutela, como a probabilidade do direito pleiteado. 11. Quanto à probabilidade do direito, pelo arcabouço documental que ao feito aportou se deflui, à suficiência para esta fase de cognição sumária, tenham sido efetivadas atos em desconformidade no exercício de atividade que haveria de ser exclusivamente educativa e de cuidado, mas que, indiciariamente, transbordou-se a fins diversos, o que aponta ao possível direito de ressarcimento que se busca. 12. Ademais, o risco de dano é evidente à medida em que, até por conta do vulto que tal assunto acabou por tomar junto à sociedade com enorme repercussão, os bens das requeridas eventualmente reversíveis em caso de procedência da demanda bem podem restar pulverizados, seja por conta de transferências sequenciais de valores eventualmente efetivadas pelas requeridas ou a seu mando, seja por eventual trespassse de estabelecimento comercial, qual o indiciariamente apontado ao ev. 1.82. 13. Por fim, as medidas não são irreversíveis vez que, ouvidas as requeridas, acaso demonstrada a desnecessidade da medida, apontada eventual constrição em excesso ou que elas possuem efetivo lastro para suportar eventual condenação, as restrições bem podem ser canceladas ou moduladas a termos diversos. 14. Outrossim, também como forma cautelar, prudente se verifique os modos como se deram as movimentações financeiras das requeridas desde a data dos fatos, motivo porque, desde, logo levanto o sigilo bancário deles pelo período necessário. 15. Assim, presentes os requisitos do art. 300, NCPC, defiro a tutela de urgência para o fim de determinar se promovam bloqueios aos sistemas BACENJUD (no importe de R\$ 317.759,56 e sendo que eventuais valores bloqueados deverão ser transferidos a conta judicial vinculada ao feito em mesa), RENAJUD (restrição total) e CNIB, até o valor postulado à inicial. 16. Do resultado, dê ciência às partes. 17. Bem assim, como medida de cautela e para fins de verificação de eventual caminho dos valores, levanto o sigilo bancário das requeridas, determinando promova-se a requisição de seus extratos bancários em relação às instituições financeiras com que possuam relacionamento, devendo ser abrangido o período de janeiro de 2019 até a data presente. Promova-se via sistema BACENJUD. 18. Do resultado, dê ciência às partes. 19. Outrossim, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos mostrar que será adequada para abreviar o acesso das partes à melhor solução da lide. 20. Quanto à requerida JUSSARA PAZIN, promovam-se buscas de seu endereço aos sistemas de praxe como postulado à exordial. 21. Após, cite-se os réus, pelo correio (ou por mandado acaso presente requerimento expresso), a apresentar contestação em 15 dias, observada a regra do art. 231, I, do CPC. 22. Apresentada contestação, a parte autora deve ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351 do NCPC, podendo a parte autora corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do NCPC. 23. Apresentada reconvenção (art. 343, CPC/2015), intime-se a parte autora, por intermédio do seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 343, § 1º, CPC/2015). 24. Após, intem-se as partes para em 10 dias úteis especificarem provas (CPC 10 e 357, II), sugerir pontos controvertidos e requererem, se caso for, prova pericial (arts. 369, 405, 464 CPC e art. 212 CC/11). 25. Digam, ainda, quanto à possibilidade de atingimento de solução conciliada. 26. Após, ante existência de menores ao polo ativo, dê-se vista dos autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO. 27. Transcorrido o prazo in albis, certifique-se e tornem conclusos para verificação da necessidade de saneamento do feito (art. 357, CPC/2015) ou então análise da possibilidade de julgamento antecipado da demanda (art. 355, CPC/2015). 28. Caso haja requerimento da parte autora, autoriza-se a consulta de endereços da parte requerida via sistemas conveniados, em último caso expedindo-se os ofícios de praxe. 29. Intimações e diligências necessárias. Curitiba, data do sistema. ADRIANO VIEIRA DE LIMA Juiz de Direito Substituto. DESPACHO mov. 77.4.1 "... Vistos. I) Da citação por edital Diante das diversas diligências realizadas para localização do paradeiro da parte (Oficial de Justiça, AR's, ofícios para as empresas de telefonia, energia elétrica e telecomunicações, bem como busca nos sistemas BacenJud, Renajud e Infojud) e da tentativa negativa de citação, fica deferida a citação por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias e conforme o art. 257 do CPC. Deverá constar do edital a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Não havendo as ferramentas previstas no art. 257, II, do CPC, a publicação do edital pelo Cartório será feita por afixação do mesmo no quadro de avisos da vara e no Diário Oficial. Caberá à parte autora comprovar a publicação do edital em jornal local no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o art. 257, parágrafo único, do CPC. II) Decurso do prazo Estando em ordem a citação por edital, e esgotado o prazo de 60 (sessenta) dias, fica nomeada a Defensoria do Estado do Paraná para apresentar eventual defesa no prazo de 15 (quinze) dias, abrindo-se vistas dos autos ao Órgão. III) Da impugnação à contestação Apresentada contestação, a parte autora deve ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351 do CPC, podendo a parte autora corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do CPC. IV) Do saneamento Após a apresentação da impugnação, ou esgotado o prazo, as partes devem ser intimadas para especificar as provas que pretendem produzir, nos termos do art. 370 do CPC, justificando-as, sob pena de indeferimento, conforme o art. 370, parágrafo único, do CPC. Ainda, devem apresentar plano de negócio processual para delimitação do objeto litigioso, pontos fáticos controvertidos, pontos fáticos incontroversos, as questões de direito controvertidas e ônus da prova. Intimações e diligências necessárias. Curitiba, 28 de janeiro de 2025. Franciele Cít Juíza de Direito Substituta.". Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (sessenta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Isabelle Bagatim Cezar, Técnica Judiciária, conferi e digitei.

Curitiba, 25 de abril de 2025.  
ASSINADO DIGITALMENTE  
Rafael de Araújo Campelo  
Juiz de Direito Substituto

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico <https://portal.tjpr.jus.br/projudi>.



# 17 ADULTOS PRESOS POR FURAR CATRACA

Redação  
jornalismo@tribunadoparana.com.br

A Patrulha do Transporte Coletivo, da Guarda Municipal de Curitiba, prendeu em flagrante 17 adultos e apreendeu quatro adolescentes na quarta operação fura-catraca, realizada ontem, no Centro.

A operação fura-catraca busca fiscalizar e autuar os passageiros que entram nos ônibus sem pagar passagens. As abordagens se concentraram na Praça Carlos Gomes, na estação-tubo da linha Pinheirinho-Carlos Gomes, no Centro. Os detidos foram presos em flagrante pelo crime do artigo 176 do Código Penal, com pena prevista de detenção ou multa.

A operação reuniu equipes do Departamento de Inteligência (DTI) da Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito (SMDT), da Guarda Municipal da Regional Matriz, do Grupo de Operações Especiais (GOE), da fiscalização da Urbanização de Curitiba (Urbs) e da Polícia Civil, do 1º Distrito Policial da capital.

## Crime de acumulação

Segundo o secretário de Defesa Social e Trânsito de Curitiba, Rafael Vianna, a operação tem uma importância significativa para toda a sociedade, já que esse crime pode inviabilizar a operação de um serviço público essencial, que é o transporte coletivo.

“Esse delito é conhecido no direito penal como um crime de acumulação, ou seja, se envolver diversas pessoas leva à desordem e ao caos social, pois causa um dano significativo a um bem coletivo, o transporte público. O objetivo da operação é evitar que esse tipo de crime aconteça, para que toda a sociedade possa usufruir de um serviço público de qualidade”, ressaltou Vianna.

O gestor da área de fiscalização da Urbs, Claudinei Moro, explica que as equipes de fiscalização do transporte coletivo monitoram e rastreiam estações-tubo e ônibus com maior incidência de invasões.

## ATAS E EDITAIS

Acesse pelo link  
[www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/](http://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/)

# comunicado de recall



**Aos proprietários dos veículos da marca Renault:**

**VERIFICAÇÃO E POSSÍVEL SUBSTITUIÇÃO DO SUPORTE DO EIXO TRASEIRO**

**Modelo:** Renault Kwid

**Chassis envolvidos (não sequenciais):**  
J000006 a J986154

**Data de fabricação:** 05/05/2021 a 12/05/2023

**Data do início do atendimento:** A partir de 05/06/2025, com prazo indeterminado.

**Componente(s) envolvido(s):** Eixo traseiro

**Mensagem:** A Renault do Brasil convoca preventivamente os proprietários dos veículos Renault Kwid, fabricados entre 5 de maio de 2021 e 12 de maio de 2023, a comparecerem à Rede de Concessionárias Renault para a verificação e possível substituição do suporte do eixo traseiro.

**Razões técnicas:** Após uma investigação aprofundada, ficou constatado que em condições específicas, o suporte do eixo traseiro poderá ser impactado, gerando fissuras e possível perda das características originais de dirigibilidade.



Desacelere. Seu bem maior é a vida.

**Riscos:** Em casos extremos, esta condição pode potencializar o risco de ocorrência de acidente com eventuais prejuízos e danos físicos e materiais ao motorista, passageiros e terceiros.

**Solução:** Verificação e troca de componentes, se necessária.

**Duração média:** A verificação e reparo do componente será realizada no período de 30 minutos a 8 horas.

**Custo:** Não há qualquer custo ao consumidor. Faça o seu agendamento em uma Concessionária Renault.

Para mais informações ligue para o **SAC 0800 055 5615** ou acesse **renault.com.br**



Escaneie o QR Code para saber mais



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 33/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2025  
UASG: 987445

O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que no dia **01/07/2025, às 08:30**, no portal de compras do governo federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, realizará a licitação em referência, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA, PARA IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, PARA UTILIZAÇÃO NO EXECUTIVO MUNICIPAL, LEGISLATIVO MUNICIPAL E SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BANDEIRANTES**. A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do link: [https://pncp.gov.br/app/editais?q=987445&status=recebendo\\_proposta&pagina=1&tipos=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=987445&status=recebendo_proposta&pagina=1&tipos=1), palavra-chave: 987445, <https://www.bandeirantes.pr.gov.br/licitacao/lista/2025/categoria/21/pregao-eletronico/> e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 06 de junho de 2025.

Bandeirantes – PR, 04 de junho de 2025.

Cláudia Janz da Silva  
Secretária de Administração



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025 - CRM-PR

O CRM-PR realizará **Pregão Eletrônico nº 90006/2025, UASG 389174**, para a **prestação de serviços de planejamento agregadas aos serviços de organização de eventos e serviços correlacionados para atender ao crescente calendário de atividades** com a participação e/ou promoção do **CRM-PR** a ser realizada no **Paraná**. Abertura da Sessão: **24/06/2025 às 10h no site de Compras do Governo Federal**. (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

Curitiba, 05 de junho de 2025.

Dr. ROMUALDO JOSÉ RIBEIRO GAMA  
Presidente



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 34/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2025  
UASG: 987445

O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que no dia **26/06/2025, às 08:30**, no portal de compras do governo federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, realizará a licitação em referência, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO TÉCNICA PREVENTIVA, CORRETIVA E CALIBRAÇÃO DAS CÂMARAS DE CONSERVAÇÃO DE VACINAS E MEDICAMENTOS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – PR**. A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do link: [https://pncp.gov.br/app/editais?q=987445&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=987445&status=recebendo_proposta&pagina=1), palavra-chave: 987445, <https://www.bandeirantes.pr.gov.br/licitacao/lista/2025/categoria/21/pregao-eletronico/> e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 05 de junho de 2025.

Bandeirantes – PR, 04 de junho de 2025.

Cláudia Janz da Silva  
Secretária de Administração

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2025

Ficam os Senhores Acionistas da **QUEST CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 26.908.446/0001-02, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR – sob o NIRE 41300319995, **CONVOCADOS** para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 16 de junho de 2025, às 09h, na sede da Companhia, na Avenida São José, nº 1194, bairro Cristo Rei, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80050-350, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

(i) Rerratificação do endereço da sede da Companhia, constante no art. 2º do Estatuto Social.

Curitiba/PR, 05 de junho de 2025.



## FALECIMENTOS

**Mauro Querino do Nascimento**, 48 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Paroquial Colônia Orleans.

**Laudemiro Filho**, 80 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

**Iracema Rodrigues**, 97 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Jardim da Saudade (Pinhais).

**Filomena Balaban**, 85 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Paroquial do Umbará.

**Arzira Grein Konig**, 100 anos, sepultamento hoje.

**Cilas Rodrigues de Almeida**, 57 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vaticano (Alm. Tamandaré).

**Lucilene Aparecida de Medeiros**, 59 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vaticano (Alm. Tamandaré).

**Eduardo Campos de Oliveira**, 54 anos, sepultamento hoje.

**Matheus Henrique Padilha dos Santos**, 25 anos, sepultamento hoje.

**Maria Vitória Kauka de Paula**, 8 anos, sepultamento hoje.

**Maria Emília Martins Santos**, 90 anos, sepultamento hoje.

**Edson Douglas de Jesus**, 39 anos, sepultamento hoje.

**Ari dos Santos Moura Rocha**, 89 anos, sepultamento hoje.

**Luiz Carlos da Silva**, 73 anos, sepultamento hoje.

**Daurea Miranda Evangelista**, 79 anos, sepultamento hoje.

**Ercleia Freire Nassif**, 71 anos, sepultamento hoje.

**Maria do Carmo Pereira**, 62 anos, sepultamento hoje.

**Vilma Terezinha da Silva**, 65 anos, sepultamento hoje.

**Terezinha de Jesus Castro Santos**, 61 anos, sepultamento hoje.

**Djanira Lacerda**, 70 anos, sepultamento hoje.

**Alfredo Gbur**, 86 anos, sepultamento hoje.

**Lourival Czarnesky**, 72 anos, sepultamento hoje.

**Hans Froese**, 77 anos, sepultamento hoje.

## REGIME FECHADO

Homem que executou pai na frente de escola pega 23 anos de prisão

Redação  
jornalismo@tribunadoparana.com.br

Ontem, o Tribunal do Júri de Campo Largo condenou um homem de 31 anos a 23 anos e 4 meses de reclusão em regime fechado. O réu foi considerado culpado de homicídio duplamente qualificado por um crime cometido em outubro de 2023.

O caso chocou os moradores do distrito de Ferraria. Por volta das 7h30 da manhã do dia 25 de outubro, a vítima levava a filha ao Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato quando foi surpreendida pelo atirador. Enquanto a esposa deixava a criança na escola, o homem, que aguardava no carro, foi alvejado com impressionantes 24 tiros, morrendo no local. A mulher presenciou toda a cena.

De acordo com as investigações, o crime teria sido motivado por desavenças relacionadas ao tráfico de



Divulgação

drogas. O Conselho de Sentença acatou as teses apresentadas pelo Ministério Público do Paraná, reconhecendo as qualificadoras de motivo torpe e recurso que dificultou a

defesa da vítima.

"O júri reconheceu a gravidade do crime e a frieza do autor", afirmou o promotor de justiça Eduardo Labruna Dahia, responsável pela acusação.

O réu, que já estava detido preventivamente desde a época do crime, permaneceu preso para o início imediato do cumprimento da pena estabelecida na sentença.



## ATAS E EDITAIS

Acesse pelo link

[www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/](http://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/)

EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS 5  
COMISSÃO GENERAL PLÍNIO TOURINHO

MINISTÉRIO DA DEFESA  
GOVERNO FEDERAL  
UNIAO E RECONSTRUÇÃO

### AVISO DE LICITAÇÃO - PUBLICAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90007/2025-CRO 5 – MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Obra de Construção de Usina Fotovoltaica no 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado, em Cascavel/PR  
Valor Estimado da Contratação: R\$ 1.439.797,20  
Data da Sessão Pública Eletrônica: dia 23 de junho de 2025, às 9h30, na plataforma do Compras.gov.br. Informações no telefone de contato: (41) 3592-4130 (na SALC) ou no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.  
Curitiba, PR, 04 de junho de 2025.  
MÁRCIO LEANDRO BURIGO - Tenente-Coronel, Ordenador de Despesas da CRO 5.

### SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Hexion Química do Brasil 61.460.150/0015-78 torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba a Licença Ambiental de Operação número 21000074, válida até 30/04/2025 para Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente e fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais, situada à Rua Cyro Correia Pereira, 2525 CIC Curitiba PR.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2025

Ficam os Senhores Acionistas da QUEST CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 26.908.446/0001-02, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR – sob o NIRE 41300319995, CONVOCADOS para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 16 de junho de 2025, às 11h, na sede da Companhia, Avenida São José, nº 1194, loja 01 e 02, sala 101, andar TR, bairro Cristo Rei, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80050-350, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

(I) transformação da Companhia de Sociedade Anônima de Capital fechado em Sociedade Empresária Limitada; (II) alteração da denominação social da Companhia; (III) conversão da totalidade das ações da Companhia em quotas sociais; (IV) definição dos administradores da Sociedade; (V) aprovação do contrato social Sociedade; e (VI) autorização da administração da Sociedade à prática de todos os atos necessários à formalização das deliberações tomadas.

Curitiba/PR, 05 de junho de 2025.

### MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 36/2025 "POSSUI LOTE DESTINADO À AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTE EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (conforme Art. 48, da Lei Complementar Nº 123/2006)"

O Município de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.052/0001-04, sediado na Avenida Santos Dumont, 2021, Área Central - Serranópolis do Iguaçu – PR, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO, no formato ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o "Menor Preço Global", no modo de disputa "ABERTO E FECHADO", visando ao REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO INSTALADOS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS À INSTALAÇÃO, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 141/2023, de 19 de maio de 2023, da Lei Complementar nº 123/2006 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 36/2025 e seus anexos. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, se dará exclusivamente por meio eletrônico, através do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL no endereço <https://bllcompras.com>, conforme datas e horários definidos abaixo: DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 07:30 horas do dia 05/06/2025 às 07:30 horas do dia 23/06/2025. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 07:30 horas às 08:00 horas do dia 23/06/2025. DATA E HORÁRIO DO INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:00 horas do dia 23/06/2025. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). O valor estimado para esta contratação será de R\$ 427.229,48 (quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos). Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no Departamento de Licitação e Contratos, no endereço supracitado, em qualquer dia útil e durante o horário normal de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, ou no site do município através do link: <http://transparencia.serranopolis.pr.gov.br:8081/portaltransparencia/licitacoes>, bem como, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, ainda, no Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL <https://bllcompras.com>. Quaisquer informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: [licitacao@serranopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@serranopolis.pr.gov.br), bem como no Departamento de Licitação e Contratos ou pelo telefone/WhatsApp: (45)3236-8300/ (45)3236-8338. Serranópolis do Iguaçu - PR, 04 de junho de 2025  
GILBERTO MARSARO - Prefeito



Anuncie suas  
atas e editais  
aqui, ligue:

(41) 3515-8731

[publicidadelegal@tribunadoparana.com.br](mailto:publicidadelegal@tribunadoparana.com.br)

TRI  
BU  
NA